A demanda por crédito pela cafeicultura no Segundo Reinado: paralelos entre hipoteca de escravos e de terras no século XIX

Gustavo Jorge Silva

Advogado e mestrando em Direito Econômico e Economia Política pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo.

Resumo: O artigo pretende colocar em paralelo a evolução da hipoteca das terras e de escravos no Brasil no contexto econômico e da Economia Política do país durante o Segundo Reinado. A economia brasileira sofria com a falta de liquidez, crédito e financiamento na época. Terra e mão de obra escrava constituíam os fatores de produção por excelência naquele arranjo institucional. O instituto jurídico da hipoteca foi manejado, em associação com estes fatores de produção da economia cafeeira, para atender à demanda por crédito.

Palavras-chave: Segundo Reinado. Economia Política. Escravidão. Hipoteca. Crédito.

Sumário: **1** Introdução – **2** Pressupostos metodológicos e contexto histórico geral – **3** O sistema mundo sob a hegemonia britânica – **4** Aspectos do Brasil no Segundo Reinado – **5** Hipoteca no Brasil do século XIX – **6** Conclusões – Referências

As transações distribuem os instrumentos da produção por todos os ramos de atividade, os capitais aproximam-se a todas as necessidades, para que tenham uma direção mais fecunda; e o poderoso motor dessa rotação contínua é o crédito. Com seu impulso, os capitais fixos transformam-se em capitais rolantes, e o comércio e indústria reproduzem quotidianamente suas forças. (Teixeira de Freitas)

1 Introdução

O presente trabalho pretende situar a hipoteca de terras e de escravos, instituto jurídico relativo à matéria de Direitos Reais, no contexto da Economia Política do Brasil durante o século XIX, especialmente no período histórico conhecido como Segundo Reinado, que compreende os anos de 1840 a 1889. O sentido do texto será menos o de apresentar questões relativas à *forma* e particularidades da hipoteca no ordenamento brasileiro. Em vez disso, buscaremos aprofundar aspectos relativos à *função* que o instituto evoluiu para ter no meio social da época,

buscando relacioná-lo com as demandas econômicas por crédito e liquidez que haviam no período considerado.

A fim de dar substância a essa proposta, o texto a seguir será dividido em *cinco* partes além desta introdução. Na primeira parte, serão expostos os pressupostos metodológicos do trabalho. Nela, será feita a apresentação de conceitos fundamentais para o desenvolvimento da argumentação aqui pretendida. Além disso, faremos uma breve contextualização histórica a fim de situar aspectos da composição política internacional do período relevante para o trabalho.

Em seguida, trataremos da Economia Política do século XIX de forma geral. Nesse sentido, especial atenção será dada ao regime cambial do Padrão Ouro-Libra que era fundamento do comércio internacional da época. Serão feitas também considerações sobre o papel dos países situados na Periferia do capitalismo no período em questão e sobre o modo de inserção do Brasil no mercado global.

O foco da terceira parte será a Economia Política do Brasil à luz daquilo que foi previamente apresentado. Serão examinados aspectos das instituições brasileiras relativos à propriedade da terra, distribuição do poder político, relações de trabalho, bem como demandas por investimento e realização do potencial produtivo da época. Desse modo, poderemos enquadrar as demandas por crédito e liquidez do período considerado.

Na sequência, passaremos a tratar do instituto da hipoteca propriamente dito, colocando em paralelo as evoluções do uso de hipoteca de escravos e de terras. Será feita uma breve exposição sobre a hipoteca em si, caracterizando-a para, em seguida, tratar da forma como ela estava inserida no ordenamento jurídico pátrio do Segundo Reinado, apontando seu sentido econômico, sua evolução e seu relacionamento com a institucionalidade dos fatores de produção.

Por fim, na quinta parte serão expostas as considerações finais e as conclusões do texto. Espera-se, dessa forma, cumprir com a proposta descrita no início desta seção.

2 Pressupostos metodológicos e contexto histórico geral

O argumento desse trabalho está em linha com a ideia de que as normas de Direito com repercussão econômica de um determinado Estado são moldadas de modo a preservar a reprodução das relações materiais do espaço que este Estado ocupa na ordem internacional. O pressuposto dessa tese está na existência em si de uma ordem internacional hierárquica que seja capaz de influenciar e disciplinar decisões internas dos entes soberanos.

A ideia da existência de uma ordem internacional foi muito desenvolvida ao longo do século XX. A perspectiva que adotaremos nesse sentido é aquela apresentada por Wallerstein (1974) sob o conceito de *sistema mundo*:

Um sistema mundo é um sistema social, um sistema que possui limites, estruturas, grupos associados, regras de legitimação e coerência. A sua vida é feita das forças em conflito que o mantém unido por tensão e o dilaceram na medida em que cada um dos grupos procura eternamente remodelá-lo a seu proveito. Tem as características de um organismo, na medida que tem um tempo de vida durante o qual suas características mudam em alguns aspectos e permanecem estáveis noutros (p. 337).

A ideia de sistema mundo é utilizada para descrever a ordem que hierarquiza os diferentes entes políticos soberanos no plano internacional, notadamente com a expansão do capitalismo.

Neste sistema mundo, que compreende os entes soberanos como seus atores principais, a tensão se traduz na forma de disputa por hegemonia entre as potências. Em paralelo, a partir da composição que resulta dessa tensão, também é definido o modo de inserção dos países no comércio internacional.

No século XIX, período do qual trata o presente trabalho, a posição de potência hegemônica do sistema mundo era ocupada pela Grã-Bretanha. A hegemonia britânica havia sido construída ao longo do século XVIII, a partir de disputas principalmente contra os Países Baixos e a França (ARRIGHI, 2016, p. 163-164).

O Brasil, por sua vez, ocupava uma posição de pouco destaque no sistema mundo. Apesar de inserido no comércio internacional, tinha papel diminuto, sendo um país periférico, exportador de produtos agrícolas de baixo valor agregado.

Como exposto por Tomich (2016, p. 83), “a perspectiva do sistema-mundo oferece um enquadramento analítico que nos permite conceituar terra, trabalho e capital (mercado) como relações históricas substantivas e examinar as maneiras como esses elementos são interdependentes e mutuamente formativos dentro da divisão de trabalho da economia-mundo”.

3 O sistema mundo sob a hegemonia britânica

O sistema mundo que perdurou sob a hegemonia britânica ao longo do século XIX pode ser categorizado de várias formas. Ao longo desta seção, buscaremos apresentar aspectos relevantes da Economia Política da época que exerceram influência sobre as instituições jurídicas brasileiras, especialmente aquelas que possuíam repercussão econômica.

3.1 O Padrão Ouro-Libra

Dispondo de uma posição de hegemonia, a Grã-Bretanha pôde também exercer influência sobre o fluxo do comércio internacional. Uma das formas de exercer essa influência foi através do controle da moeda no comércio internacional. Do

ponto de vista do Regime Cambial, o século XIX se caracteriza pela adoção, pelos diferentes Estados, de um sistema de câmbio fixo com lastro comum, o ouro.

Nesse sentido, a Grã-Bretanha utilizou de seu poderio político para denominar as unidades de valor do ouro segundo sua moeda, a Libra Esterlina. Dessa forma, controlando o valor da Libra Esterlina, a potência hegemônica poderia influenciar a totalidade do valor em circulação no comércio internacional, influenciando, em consequência, significativamente o poder de compra de todas as nações economicamente integradas.

Ou seja, o Padrão Ouro-Libra se caracterizava pela adoção, pelos diferentes Estados Nação de um sistema de câmbio fixo com lastro comum, o ouro, em que as unidades monetárias eram denominadas em moeda britânica, a Libra Esterlina. Note-se que, por muito tempo, atrelar a moeda mais forte do sistema internacional ao ouro pareceu condição *sine qua non* para a consolidação de um quadro de estabilidade monetária ao nível internacional (BRITO, 1998, p. 78).

Para entendermos melhor a posição do Brasil nesse sistema, cumpre fazer algumas observações relativas ao que constitui um regime cambial. Essencialmente, os regimes cambiais podem ser de dois tipos: (i) câmbio fixo, como era o Padrão Ouro-Libra, e (ii) câmbio flutuante.

Brito (1998) assim assevera quanto à função de um regime cambial:

Ao adotar um regime cambial espera-se que este contribua efetivamente para a estabilidade econômica, estimule o comércio e o investimento estrangeiros, dê autonomia para a gestão governamental das políticas monetária e fiscal, além, é claro, de proteger a economia doméstica de perturbações advindas das finanças internacionais (p. 76).

O Padrão Ouro-Libra, por ser um regime cambial de câmbio fixo, possuía uma série de particularidades que afetavam especialmente os países periféricos, como era o caso do Brasil.

Em linhas gerais, nesses regimes é estabelecida uma proporção fixa entre o valor que a moeda doméstica deve ter em relação a alguma moeda externa. No caso do Padrão Ouro-Libra, essa moeda externa era a Libra Esterlina. Nos regimes de câmbio fixo, eventuais desequilíbrios no balanço de pagamento podem afetar o valor da moeda doméstica e devem ser compensados através do uso de reservas internacionais pelo Estado que adota esse regime.

Assim, ao adotar o Padrão Ouro-Libra, o sistema monetário do ente que o adotou ficava sujeito a variações do estoque de ouro, a depender dos movimentos financeiros internacionais, por conta da evidente conversibilidade das moedas em ouro e de sua conseqüente volatilidade no mercado.

3.2 Efeitos do padrão monetário sobre a periferia do sistema mundo

Dessa forma, as autoridades monetárias das economias que pretendiam se integrar ao comércio internacional tinham sua atuação balizada pelo volume de reservas que eram capazes de compor para fazer frente a impactos no balanço de pagamentos derivados de flutuações no comércio internacional. As economias periféricas, entretanto, não dispunham de muita capacidade de compor reservas.

Nesse cenário, uma das evidências da vulnerabilidade das economias periféricas era a influência das decisões sobre a liquidez que eram tomadas pelos reguladores dos países centrais.

Para evitar saída de ouro, as autoridades que controlavam a Libra Esterlina periodicamente manipulavam a taxa de juros de seus títulos para atrair ouro. As demais autoridades dos países centrais adotavam expediente semelhante para ensejar um ciclo de negócios, atraindo ouro que estava circulando nos países periféricos. Este *estado de convenções* entre as autoridades do Centro trabalhava pela reprodução e preservação do sistema no Centro, mas reduzia muito a liquidez da Periferia e a capacidade dos países periféricos de financiar sua própria atividade econômica. Enquanto esse estado vigorou, o Padrão Ouro-Libra sobreviveu (BELLUZZO in FIORI, 1999, p. 95-98).

Nessas condições de falta de liquidez necessária para o financiamento, as autoridades das economias periféricas eram forçadas a tomar empréstimos do Centro, em moeda estrangeira. O pagamento dos juros e arrolamento das dívidas que eram fruto dessas obrigações geradas com os países centrais eram fonte de outro fluxo sazonal de capital da Periferia para o Centro.

Desse modo, fica clara a posição de desvantagem em que as economias periféricas operavam. Fora dos arranjos políticos do Centro, tinham a gestão de suas moedas subjugada ao arbítrio dos países centrais. Belluzzo (in FIORI, 1999) sintetiza muito bem a situação das economias periféricas que buscavam manter a conversibilidade de suas moedas e a integração com o comércio internacional:

As economias periféricas funcionavam, na verdade, como áreas de expansão comercial e financeira dos países centrais nas etapas expansivas do ciclo e como uma 'válvula de segurança' para o ajustamento das economias desenvolvidas nas fases de contração (p. 93).

3.3 O modo de inserção do Brasil no sistema mundo

O Brasil, no contexto do Segundo Reinado ocupava uma posição periférica no comércio internacional, tendo sido uma economia de caráter agroexportador ao longo de todo o período. Essa condição já estava presente, na verdade, desde a

inserção do território brasileiro no comércio internacional quando sujeito ao sistema colonial.

A economia do Brasil independente, cuja estrutura era já derivada do modelo de produção agroexportadora existente desde o período colonial, adotou também um viés em prol da produção e comércio de produtos primários ao longo do século XIX. No entanto, a produção da agricultura primário exportadora no século XIX foi notadamente intensivo e produtivo na utilização do trabalho, constituído basicamente pela mão de obra escrava. O país, apesar de não ter transitado na hierarquia do sistema-mundo quando da alteração da condição de colônia para Reino Unido, em 1815, ou da Independência, em 1822, integrou-se de forma mais acentuada ao Centro, bem como intensificou e difundiu seu modelo de produção (BLACKBURN, 2016, p. 13) que era baseado na geração de produtos primários e no uso de mão de obra escrava.

Nesse sentido, é necessário destacar que a economia cafeeira do século XIX foi negócio extremamente produtivo e lucrativo. Esse mercado dinâmico representava, do ponto de vista do Centro, um espaço em que o capital poderia também se reproduzir. Esse é um dos sentidos em que a produção industrial do Centro constituía o mesmo circuito de produção de valor que a agricultura escravista na Periferia, nesse caso, a agricultura escravista do café no Brasil. A escravidão estava imbricada nos processos econômicos mundiais (TOMICH, 2004, p. 58).

Na próxima seção, trataremos das características específicas do Brasil no período, que contribuíam para a manutenção desse modo de inserção do país no comércio internacional e para a reprodução das relações da Economia Política que vigoravam no território.

4 Aspectos do Brasil no Segundo Reinado

A fim de proporcionar um melhor contexto da Economia Política do período objeto da análise, apresentaremos considerações quanto à conformação dos principais fatores de produção no Brasil pós-independência e às principais fontes de pressão por liquidez. Procuraremos identificar características que permaneceram estáveis no que diz respeito a esses temas, não obstante estejamos conscientes do ambiente de transformações significativas que de fato existia no período objeto da análise.

4.1 Fatores de produção e poder político

Após a Independência e durante todo o período do Império, *terra* e *trabalho* foram os principais fatores de produção na economia brasileira, que era e seguiu

sendo bastante limitada quanto ao emprego de capital (equipamentos e instalações) na produção.

No que diz respeito à terra, cumpre ressaltar que a estrutura fundiária brasileira já se mostrava concentrada desde o período colonial e assim continuou, preservando a ordem social arcaica e impedindo que camadas mais amplas da população brasileira pudessem colher maiores frutos advindos da acumulação de riqueza em território nacional, que passou a ocorrer com o fim do exclusivo colonial.

Dentre os institutos jurídicos que contribuíram para a concentração de terras no Brasil no período colonial, têm destaque as Sesmarias, que eram, por excelência, a forma jurídica da propriedade imobiliária no Brasil. Trata-se de instituto criado em Portugal em 1375, através da Lei das Sesmarias, para que as terras não ficassem sem produzir em um período marcado pela Peste, guerra e êxodo rural. Lá, a preocupação era com o abastecimento das cidades. No Brasil, foi utilizado com intuito de povoamento e utilização das terras, mas, diante de problemas e conflitos, chegou ao seu fim em 1822 (SECRETO, 2007, p. 14). Por meio das Sesmarias, foram distribuídas vastas extensões de terras no Brasil.

Some-se a isso o fato de que a noção de *Propriedade* no período estava também muito vinculada à de *Domínio*, existente desde o Direito Romano e mais associada a poder político que a patrimônio. Nesse sentido, não é nada surpreendente que os grandes proprietários rurais, classe que praticamente monopolizava os frutos da produção, estendesse esse grau de domínio também ao plano político.

O domínio político era um instrumento de garantia da reprodução do sistema econômico descrito acima, que tão bem se adequava à preservação do papel que o Brasil desempenhava no comércio internacional.

Sobre a ordem política colonial, Prado Jr. (1999) assim expõe:

Toda esta população que se comprime nos grandes domínios vive, como notamos, na mais completa dependência dos senhores rurais. A grande exploração agrícola – única que se pôde estabelecer – absorve toda a economia colonial: monopoliza por conseguinte os meios de subsistência e subordina assim a massa da população – já sem contar a escrava, naturalmente ligada aos senhores por sua condição servil – aos grandes proprietários rurais.

Segue-se daí para estes, na ordem política, um poder de fato que ofusca a própria soberania teórica da Coroa. (p. 28, grifos nossos)

Esse poder político ficava ainda mais concentrado nas mãos das oligarquias produtoras dos gêneros mais rentáveis. Ao longo do século XIX, esse papel central na articulação política coube aos produtores de café, especialmente de São Paulo.

A partir dos anos 1830, o café ganhou centralidade na pauta de exportações brasileira e o Centro da economia escravagista foi sendo deslocado para o Centro-Sul do país. Entre 1835 e 1850, 80% dos escravos desembarcados no Brasil chegaram ao Sudeste cafeeiro. Por esses números, é possível entender a construção da escravidão nacional e a natureza da subordinação das demais regiões escravistas brasileiras ao Centro-Sul, articulado em torno do Vale do Paraíba (MARQUESE, 2016, p. 140). Nesse cenário, é possível entender como era a economia cafeeira tinha mais demanda por crédito e financiamento da produção.

Nesse modelo, o *trabalho*, que era o outro fator de produção relevante, também conduziu à estratificação social do Brasil durante o período histórico considerado. Mesmo com a Independência, o trabalho escravo, que só foi institucionalmente abolido 1888 e que permaneceu como a forma jurídica principal das relações de trabalho nos centros dinâmicos da economia brasileira no século XIX, continuou sendo a principal fonte de trabalho direcionado à produção, como havia sido nos períodos anteriores da colonização:

Mesmo com o fim do Pacto Colonial, a proclamação da Independência e a introdução do café, mercadoria de enorme potencialidade quanto à criação de excedente, a sociedade brasileira do século XIX iria reproduzir o trabalho escravo como forma essencial de levar adiante o processo produtivo (KOWARICK, 1994, p. 28-29).

Essa coexistência do espírito liberal de um país que havia se tornado independente com trabalho escravo não deve ser tomada, no entanto, como contraditória. A escravidão não se trata de uma categoria geral e universal, mas de uma forma específica de produção social que é continuamente feita e refeita através da relação historicamente cambiante entre terra, trabalho e mercado (TOMICH, 2016, p. 83).

A escravidão no Brasil do século XIX não deve ser interpretada segundo os mesmos critérios da escravidão que havia anteriormente no país. Nesse período, o trabalho escravo teve características próprias no seu rendimento e intensidade. Definida como “Segunda Escravidão” (TOMICH, 2004, p. 61), essa escravidão do século XIX representava um regime escravista mais autônomo, mais duradouro e, em termos de mercado, mais “produtivo”, capaz de suportar a ofensiva da Era das Revoluções e atender à crescente demanda pelos produtos das *plantations* (BLACKBURN, 2016, p. 17). Representa um reforço do uso da mão de obra escrava na Periferia integrada ao um sistema que já contava com formas modernas de trabalho nas indústrias do Centro.¹

¹ A expressão “segunda escravidão” faz referência direta à “segunda servidão”. Usada primeiramente por Engels em carta escrita a Marx em 15 de dezembro de 1882, referindo-se ao reforço de condições de trabalho semelhantes à servidão da Alta Idade Média no final e em momento posterior ao fim da Idade Média.

Ao longo de todo século XIX, portanto, tivemos no Brasil um modelo escravista de alta exploração através da intensificação do regime de trabalho forçado e de alto rendimento. A Segunda Escravidão estava absolutamente integrada ao modelo industrial e produtivo do Centro do sistema, atendendo às demandas que vinham de lá.

Sendo elemento fundamental da produção que era restrita em capital, o escravo representava também um ativo valioso. Em uma economia que vivia problemas crônicos de liquidez, como era a economia brasileira naquela época, o escravo representava um considerável capital imobilizado e teve importante papel para garantir o crédito na economia cafeeira. Apenas em momento próximo da abolição da escravatura em 1888, após as primeiras leis que limitavam a escravidão, como a Lei Eusébio de Queirós de 1850, e as reformas legislativas referentes à hipoteca que apresentaremos mais adiante é que a terra passa a ter papel preponderante na garantia de crédito.

No entanto, cumpre mencionar que o crédito obtido através dessas garantias não pode ser considerado também suficiente para compensar a demanda por liquidez. A economia brasileira sempre enfrentou pressões por liquidez e, no curso do processo de construção institucional que será aqui descrito, essas pressões levaram inclusive, depois de muito debate, a autorizar a emissão de moeda em 1875.

4.2 Pressões por liquidez no Segundo Reinado

Em primeiro lugar estava a própria estrutura sazonal de uma economia agro-exportadora. A demanda por moeda aumentava consideravelmente nas épocas de safra porque todos os compromissos tomados pelos produtores rurais da cultura colhida deveriam ser liquidados quase que simultaneamente.

Nesse sentido, a liquidez fornecida pelos bancos foi fundamental. Em virtude de alterações na conjuntura política e econômica que veremos na próxima seção, a atividade creditícia e bancária pôde experimentar crescimento destacado no Segundo Reinado, sendo que nas décadas de 1850 e 1860 a proporção de papel-moeda emitida pelos bancos aumentou até alcançar 80%, mas as instituições financeiras da época frequentemente conviviam com crises associadas ao baixo nível de depósitos (ABREU, 2014, p. 20-21).

Outra fonte de pressão foi o fato de que a crescente produção cafeeira gerou demanda por infraestrutura de exportação, incluindo ferrovias, portos, cabos telegráficos submarinos e empresas de navegação a vapor. Em um segundo momento, em meio ao processo de urbanização, investimentos expressivos foram realizados em empresas de serviços públicos: água, esgotos, gás e, mais adiante, transporte público, energia elétrica, telefones (ABREU, 2014, p. 13).

Também a vulnerabilidade do câmbio afetava diretamente a liquidez da economia nacional. Em um regime cambial de câmbio fixo, como era o Padrão Ouro-Libra, o governo central tinha muito menos liberdade no que se refere à sua política monetária. A expansão da base monetária para permitir o financiamento de projetos poderia causar desconfiança nos credores do mercado internacional, que deixariam de investir no Brasil, gerando risco de causar desequilíbrio no balanço de pagamentos e uma crise cambial diante da saída de ouro. Por outro lado, caso optasse por tomar mais empréstimos internacionais, o governo tornaria sua atividade econômica mais vulnerável a movimentos externos, especialmente associados a decisões política tomadas pelas autoridades dos países centrais.

Esse conjunto de fatores criava uma situação de aparente escassez de moeda para financiar a atividade econômica. Uma situação de “inelasticidade do meio circulante” (ABREU, 2014, p. 35).

Por fim, havia a demanda por liquidez e crédito advinda da difusão do trabalho assalariado diante do avanço dos marcos legais abolicionistas desde 1850. Não por acaso, como mencionado, o governo se viu forçado a permitir a emissão de moeda por meio da Lei nº 2.565, de 29 de maio de 1875, poucos anos após a aprovação da Lei nº 2.040, de 28 de setembro de 1871, chamada de Lei do Ventre Livre que, conjugada com a proibição do tráfico, já estabelecia um horizonte temporal para a escravidão. A sociedade brasileira vivenciou, durante o Segundo Reinado, uma série de outras transformações que, por sua vez, também produziam tensões no mesmo sentido.

Restava, então, desenvolver mecanismos para tornar o crédito mais disponível no mercado interno sem ter que recorrer a emissões de moeda ou a tomada de recursos externos. Nesse contexto é que passam a empreender-se esforços maiores no sentido de desenvolvimento e formalização das hipotecas no Brasil. Tratava-se de instrumento com potencial para ajudar na diminuição dos riscos da tomada de crédito, especialmente para a atividade agrícola, que dispunha de primazia econômica e apoio político.

No entanto, o instituto passou por diversas transformações no Direito brasileiro do século XIX, sendo conformado às diferentes conjunturas para prover liquidez à atividade produtiva e permitir a reprodução do valor. Ao longo de todo o processo, os fatores de produção terra e trabalho apareceram associados de diferentes formas aos direitos reais de garantia.

5 Hipoteca no Brasil do século XIX

A hipoteca é um instituto jurídico que é capaz de proporcionar um aumento de liquidez. No contexto do século XIX, ao constituir garantias, a hipoteca poderia alavancar a oferta de crédito, especialmente rural, reduzindo riscos que eram

economicamente traduzidos na forma de juros. Nesta seção buscaremos analisar as Leis relativas a hipoteca no Brasil do século XIX e a relação dos fatores de produção com os direitos reais de garantia no contexto de cada regulação, sem perder de vista as limitações de liquidez que o país enfrentava em virtude de suas características econômicas internas e de seu modo de inserção no mercado internacional.

5.1 O instituto da hipoteca

O instituto da hipoteca no direito brasileiro foi assim definido por Pontes de Miranda (2002):

a hipoteca é o direito real de garantia, que grava o imóvel ou bem que a lei aponta [...] como hipotecável sem passar ao titular do direito a posse do bem ou dos bens. (p. 100)

Ou seja, trata-se de *Direito Real de garantia*, que, segundo Orlando Gomes (1999, p. 343), é aquele que confere ao seu titular o poder de obter o pagamento de uma dívida com o valor ou a renda de um bem aplicado exclusivamente à sua satisfação. Nessa relação jurídica, as partes são chamadas de *credor hipotecário* e *devedor hipotecário*.

A hipoteca representa um ônus real que recai sobre um bem para garantir o adimplemento de uma obrigação. O bem sobre o qual recai o ônus real permanece em poder do devedor da obrigação original e essa situação só se altera em caso de inadimplemento da obrigação. Assim, é instituto diverso do direito real de garantia constituído no penhor, no qual há efetiva constituição do credor na posse do bem dado em garantia no momento da celebração do negócio jurídico. Ainda que a hipoteca seja o objeto deste estudo, mostra-se útil à continuidade da argumentação mencionar essa característica que diferencia hipoteca e penhor.

A hipoteca é instituto jurídico que advém do Direito Romano, sendo que, em grande medida, suas características definidoras mantêm-se inalteradas desde o Direito Romano Clássico descrito no *Corpus Iuris Civilis*. Pelo fato de consistir em Direito Real, quando um bem é gravado por hipoteca para servir de uma garantia de uma dívida, esse direito passa a ser oponível *erga omnes*, inclusive a eventual terceiro que venha adquirir o bem de boa-fé. Também em virtude de seu caráter de Direito Real, o credor hipotecário tem direito de seqüela e preferência em relação ao bem hipotecado no caso de inadimplemento da obrigação original.

No período considerado, o instituto jurídico da hipoteca esteve regulado no Brasil a partir de dois conjuntos de legislação sobre os quais passaremos a discorrer. O primeiro deles foi concebido na década de 1840, mas, diante de alterações

na conjuntura política e econômica, foi necessária a edição de um novo corpo normativo sobre matéria de hipoteca na década 1860.

5.2 A legislação da década de 1840

A primeira legislação brasileira abrangente sobre a matéria de hipoteca foi o Decreto nº 482, de 14 de novembro de 1846, editado por força de disposição da Lei Orçamentária de 1843 (Lei nº 317, de 21 de outubro de 1843).

Entretanto, devemos observar que antes que o Decreto 482/1846 entrasse em vigor, a hipoteca já era conhecida pelo Direito pátrio. A regulação anterior da hipoteca estava descrita em diversas fontes do Direito brasileiro incluindo as Ordenações portuguesas; uma série de alvarás emitidos pela Coroa Portuguesa entre os séculos XVIII e XIX; e mesmo o Direito Romano servia como fonte subsidiária.

Cabe mencionar que, antes do Decreto nº 482/1846, havia algumas características da hipoteca no Brasil que dificultavam o desempenho de todo o potencial econômico desse instituto jurídico. Essas características aumentavam o risco das hipotecas, trazendo incerteza aos títulos hipotecários e encarecendo o crédito. A hipoteca das terras não era muito aceita pelas instituições financeiras, apesar da terra ser o principal fator de produção.

A hipoteca de escravos, por sua vez, desempenhava um grande papel viabilização do crédito aos agricultores uma vez que “os escravos representavam o elemento de maior valor das propriedades” (CORRÊA, 2014, p. 17). A hipoteca de escravos se mostrava juridicamente reconhecida e apta a dar liquidez à economia, ainda que mesmo essa modalidade de hipoteca estivesse sujeita a limitações. Nesse sentido, Schulz (1996) aponta que:

Os escravos serviram como garantia para empréstimos de longo e curto prazo desde o período colonial. Evidentemente, o escravo também tinha severas desvantagens como forma de garantia. Podia morrer, fugir ou ser vendido sem permissão do credor. Consequentemente, os bancos demonstravam pouco entusiasmo em emprestar diretamente aos fazendeiros com essa garantia. Por falta de alternativa melhor, o Banco do Brasil utilizou escravos como garantia quando estabeleceu a primeira carteira de hipotecas do país. (p. 50-51)

O Decreto nº 482/1846 seguiu permitindo essa modalidade de hipoteca e a mencionava expressamente em seu art. 2º.

A respeito das características que até então dificultavam a utilização da hipoteca, pode-se mencionar o fato de que não havia obrigatoriedade de registro público de hipoteca no país até então, ou seja, o bem hipotecado, fosse terra, escravo ou outro, poderia estar já gravado com outra hipoteca anterior celebrada

em instrumento particular e com direito de preferência, deixando o novo credor sem garantia; também havia uma modalidade de hipoteca *geral*, ou seja, sobre o patrimônio do devedor como um todo, o problema aqui derivava do fato de que os bens mais valiosos e líquidos do devedor poderiam já estar gravados também com ônus reais *especiais* derivados de instrumento particular, afastando o credor hipotecário da preferência sobre esses bens caso houvesse a necessidade de executar a garantia. Existiam, ainda, algumas hipotecas, decorrentes de lei sobre as quais eventual credor hipotecário dificilmente obtinha informação, eram as hipotecas legais.

A fim de superar esses obstáculos, o Decreto nº 482/1846 buscou instituir no Brasil um registro geral de hipotecas e tornar regra que as hipotecas fossem públicas e especiais. O sistema estabelecido por esse diploma legal tinha o seguinte funcionamento: o registrador de hipotecas recebia das partes a escritura da hipoteca e transcrevia seu teor em um livro de registro. Segundo os arts. 5º e 6º do Decreto nº 482/1846, eram competentes para requerer o registro das hipotecas os credores ou os devedores, bastando apenas apresentar o título que constituiu a hipoteca e cópia duplicada e fiel do mesmo título.

O sistema também não gerava nenhuma garantia no que se refere à validade da hipoteca nem servia para provar que o devedor hipotecário era, de fato, dono da coisa hipotecada. Cumpre ressaltar que ainda não existia no país qualquer controle de registro de propriedade de terras, o controle sobre o espaço não gerava preocupação para as autoridades porque o Brasil era ainda um país com vastas extensões territoriais sem ocupação efetiva. O registro de escravos também não existia. Mesmo no que diz respeito a livres e libertos o sistema de registro de pessoas no país não tinha organização, sendo que apenas o primeiro censo populacional, ocorrido em 1872,² permitiu a existência de uma ideia mais precisa sobre a população do Brasil, inclusive a população escrava.

A legislação de 1846 tinha ainda outro defeito que constituía uma abertura capaz de trazer incertezas quanto a informações importantes para a concessão de crédito via hipoteca, que era a ausência de previsão de registro de hipotecas legais. Sua existência poderia não ser objeto de registro, ou seja, para esses casos, o credor hipotecário continuava tendo o bem dado em garantia como potencialmente sujeito a um direito de preferência por ele desconhecido, aumentando o risco do contrato. Havia, como se vê, amplo espaço para fraudes no sistema de registro de hipotecas.

² Os dados desse censo estão disponíveis em <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/Recenseamento_do_Brazil_1872/Imperio%20do%20Brazil%201872.pdf>. Acesso em: 18 mar. 2018.

O registro estabelecido pelo Decreto nº 482/1846, da forma como foi concebido, servia apenas para dar certeza quanto a quem registrou a hipoteca primeiro e teria, por isso, preferência. Além disso, nos casos em que havia hipoteca legal, o registro nem mesmo servia para fornecer informações quanto a essa ordem de preferência dos credores.

Continuou havendo muito espaço para assimetria de informação entre credores e devedores em matéria de hipoteca, o que maximizava o risco associado a essa modalidade de crédito e dificultava o acesso dos proprietários rurais a ela. Pouco tempo depois da edição do Decreto, já se falava em criar uma nova regulação, mas o sistema criado pela legislação da década de 1840 vigorou por quase duas décadas.

5.3 Transformações da década de 1850

No ano de 1850, ainda sob a vigência do Decreto nº 482/1846, a edição da já mencionada Lei Eusébio de Queirós traz algumas mudanças para o financiamento e o crédito da atividade agrícola, especialmente cafeeira no Brasil.

A Lei Eusébio de Queirós foi a legislação que efetivamente proibiu o tráfico de escravos para o Brasil. Essa Lei teve dois efeitos intensificadores para o acesso ao crédito por parte dos cafeicultores.

O primeiro efeito foi a liberalização para as praças financeiras, especialmente a da Corte, de todo o capital que estava imobilizado na atividade do tráfico. Essa capacidade de financiamento ficou concentrada na praça do Rio de Janeiro, por conta do café produzido no Vale do Paraíba ter se tornado o principal produto da pauta de exportações do Brasil desde a década de 1830 e do fato do Banco do Brasil ter passado a ter o monopólio da emissão de moeda no Império, a partir da entrada em vigor do Decreto nº 1.223, de 31 de Agosto de 1853, tornando-se o prestamista de última instância.

As emissões realizadas pelo Banco do Brasil forneciam a liquidez necessária para o funcionamento de inúmeras casas bancárias que ofereciam o desconto dos títulos de crédito que circulavam no comércio (CORRÊA, 2014, p. 20). Para a cafeicultura, a letra de câmbio foi o título de crédito que representou o acesso a essa liquidez. A letra era o elo que mantinha a rede de negócios envolvida no financiamento da lavoura cafeeira que incluía o fazendeiro de café, a casa comissária, a casa bancária e o banco de emissão (CORRÊA, 2014, p. 33). Àquela altura, os instrumentos de crédito já eram governados pela Lei nº 556, de 25 de junho de 1850, o Código Comercial.

Em segundo lugar, o preço dos escravos aumentou muito a partir da determinação do fim do tráfico: “enquanto em 1846 um escravo era comprado por 500\$000 a 600\$000, de 1852 a 1859 o preço de um escravo moço e robusto

oscilou entre 1:000\$000 e 2:000\$000” (VITORINO, 2008, p. 476). Isso representou, por um lado, aumento na capacidade de capitalização dos cafeicultores proprietários de escravos.

Mesmo fora da lavoura cafeeira, o efeito era notável. Referindo-se ao comércio em Ouro Preto, por exemplo, Andrade (2011) observa que “após o fim do tráfico, em 1850, a hipoteca de escravos se tornou ainda mais valorizada, aumentando a possibilidade de capitalização por parte de pequenos proprietários” (p. 12).

No entanto, esse aumento no preço da mão de obra representava também uma demanda maior por financiamento e, conseqüentemente, endividamentos maiores para reposição dos cativos e para a própria expansão da cultura cafeeira que era, à época, tão lucrativa, produtiva e promissora.

Assim sendo, o fim do tráfico de escravos em 1850 representou uma intensificação das atividades creditícias no circuito da produção cafeeira, mas também gerou novas pressões por liquidez para aquisição de mão de obra em um momento de expansão da cultura que justifica a continuidade no desenvolvimento da hipoteca, especialmente da hipoteca de terras.

5.4 A legislação da década de 1860

Já em 1848, Bernardo de Sousa Franco, político que ocupou cargos importantes no Império, publicou a obra “Os bancos do Brasil: sua história, defeitos da organização atual e reforma do sistema bancário” que tinha um capítulo referente ao crédito rural e ao sistema hipotecário.

Na obra, o autor defendia a realização de uma reforma da legislação hipotecária, no sentido de permitir que os bancos pudessem atuar no financiamento da atividade agrícola do Brasil. Ele apontava, principalmente, os problemas vinculados à falta de segurança jurídica causada pelos ônus que não precisavam ser registrados e prescrevia que a possibilidade de se conferir publicidade às alienações dos bens hipotecáveis era fundamental para o sucesso de qualquer lei hipotecária (FRANCO, 1984, p. 112-117).

Assim vê-se que não só o modo como o registro das hipotecas era realizado e a forma como era feito o registro da propriedade e das alienações dos imóveis foram alvo de críticas desde muito cedo. Havia também muita apreensão advinda do declínio da escravidão desde a proibição do tráfico em 1850, e, nesse sentido, “A decadência do regime escravista foi acompanhada por uma evolução significativa nos mecanismos empregados no financiamento, principalmente, no que diz respeito às garantias fornecidas pelos fazendeiros” (CORRÊA, 2014, p. 50). Nesse contexto, as discussões legislativas foram tendendo a tronar a terra e os imóveis os bens hipotecáveis por definição.

Na década de 1850 tentou-se dar uma solução ao problema de registro de imóveis. Esse movimento veio por meio da Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850, conhecida como Lei de Terras, e do Decreto nº 1.318, de 30 de janeiro de 1854, que a regulamentou. De forma geral, essa legislação pretendia estabelecer a venda como única forma de alienação das terras no país, realizar o registro das terras e de seus proprietários e determinar as terras que achasse necessárias à colonização.

Especificamente quanto ao registro dos imóveis rurais, a Lei de Terras e sua regulamentação previam para os proprietários a obrigação do registro das terras junto às paróquias. No entanto, em virtude da falta de padronização e do fato de que os registros realizados pelos párocos eram sujeitos à influência política de que dispunham os proprietários de terras da época, o registro paroquial não se mostrou capaz de conferir aos títulos hipotecários segurança suficiente para permitir que as hipotecas passassem desempenhar todo seu potencial de expansão do crédito.

Diante do exposto, em 1854, José Tomás Nabuco de Araújo Filho, então Ministro da Justiça, encaminhou uma proposta de Lei Hipotecária ao Congresso Nacional. A proposta ensejou a criação de uma comissão e provocou discussões que perduraram por uma década (NABUCO, 1897, p. 121-125). Ao cabo, a proposta resultou na Lei nº 1.237, de 24 de setembro de 1864, regulamentada por meio do Decreto nº 3.453, de 26 de abril de 1865.

A Lei nº 1.237/1864, inspirada na reforma hipotecária francesa de 1850, criou um marco legal para a execução das hipotecas (CORRÊA, 2014, p. 36) e procurou abordar os dois principais problemas que limitavam a utilização de hipotecas de terra para obtenção de crédito no país, que eram a falta de publicidade quanto aos ônus reais que recaíam sobre os bens e falta de segurança naquilo que se refere aos títulos de propriedade de imóveis rurais.

Também colocou em vigor o Registro Geral, no qual deveriam ser transcritos todos os títulos de transmissão entre vivos da propriedade imóvel e todos os ônus recaídos sobre ela. A ausência desta formalidade implicava na incapacidade do título de ter eficácia contra terceiros não contratantes.

Voltada a dar impulso ao crédito agrícola, a referida legislação passou a permitir hipoteca apenas de propriedade imobiliária e de seus acessórios e essa, inclusive, passou a ser a definição dada aos escravos. Ou seja, a partir da entrada em vigor da Lei nº 1.237/1864, os escravos deixaram de poder ser objeto de hipoteca. Na perspectiva desse instituto, os escravos só poderiam ser hipotecados como acessórios da unidade produtiva *terra*, essa sim hipotecável, na qual aplicassem seu trabalho.

Desse modo, vê-se que o registro de transmissão de imóveis no Brasil foi criado a serviço do desenvolvimento do instituto da hipoteca para a atividade agrícola. A ideia da criação desse sistema de registro no país esteve intimamente vinculada à intenção de fomentar o crédito e a atividade econômica da produção rural, dominante na formação do produto nacional, pouco tendo ligação com a racionalização da ocupação do espaço.

O *trabalho* dos escravos continuou ainda sendo objeto de garantia de crédito sob a vigência da Lei nº 1.237/1864. O uso destacado dos escravos para garantir crédito passou a se dar através do penhor de *escravos*, que estava mencionada no art. 6º, §6º da Lei. Esse instituto foi regulamentado no Decreto nº 3.453/1865, que determinava a forma de registro desses penhores. Infelizmente não há muitas informações sobre a utilização dessa modalidade de garantia, uma vez que, já na República, foi determinada a incineração dos registros, na forma do art. 11, parágrafo único, do Decreto nº 370, de 2 de maio de 1890.

Cumprir mencionar que esse *penhor* de escravos, ao contrário do que preconizava o instituto original, não demandava a entrega do bem ao credor pignoratício. “Efetivamente, já a lei hipotecária brasileira de 1864 consentia que os donos de propriedades agrícolas empenhassem os escravos, a elas pertencentes, conservando-os em seu poder” (TELES, 1955, p. 21), sendo, portanto, instituto que dava seguimento à hipoteca de escravos desde sempre praticada.

As considerações referentes ao crédito tiveram papel central na elaboração da Lei nº 1.237/1864, tanto é que ela própria criou também uma nova forma de instituição de crédito, a Letra Hipotecária, regulada pelo art. 13 da referida Lei, que dava mais liquidez ainda à hipoteca de imóveis. As Letras Hipotecárias consistiam em um tipo de título de crédito cuja emissão se daria através das sociedades de crédito real, cujas bases também foram estabelecidas pela Lei. As sociedades de crédito real foram regulamentadas através do Decreto nº 3.471, de 3 de junho de 1865.

Na prática, a Lei nº 1.237/1864 foi exitosa e permaneceu em vigor até o final do Império. Depois de sua edição a possibilidade de financiamento por meio de hipotecas e de instituições bancárias cresceu expressivamente (MARCONDES, 2002, p. 147). Apesar do sucesso, cumpre mencionar que a Lei nº 1.237/1864 reconheceu alguns poucos casos de hipotecas legais e gerais, o que não inviabilizou o seu sentido.

A tabela a seguir, retirada de Marcondes (2002, p. 163) mostra que, para municípios da região cafeeira do Vale do Paraíba, local cuja produção agrícola era especialmente relevante para a economia brasileira, a tendência nos anos posteriores à edição da Lei nº 1.237/1864 e do Decreto nº 3.453/1865 foi de queda das taxas de juros e aumento dos prazos das hipotecas de imóveis:

Tabela 1 - Correlação entre valor, taxa de juros e prazo das hipotecas nos municípios de Guaratinguetá e Lorena entre os anos de 1866 e 1887

Correlações entre as variáveis (1866-87)						
Localidade/ Variável	Guaratinguetá			Lorena		
	Valor	Taxa de juros	Prazo	Valor	Taxa de juros	Prazo
Guaratinguetá						
Valor	1	- 0,404	0,397	0,521	- 0,408	0,431
Taxa de juros	- 0,404	1	- 0,617	- 0,382	0,628	- 0,548
Prazo	0,397	- 0,617	1	0,376	- 0,581	0,402
Lorena						
Valor	0,521	- 0,382	0,376	1	- 0,471	0,469
Taxa de juros	- 0,408	0,628	- 0,581	- 0,471	1	- 0,690
Prazo	0,431	- 0,548	0,402	0,469	- 0,690	1
Obs.: Para todas as correlações rejeitamos a hipótese de igualdade a zero dos coeficientes ao nível de significância de 10%						

Apesar da destruição do registro dos penhores de escravos realizados sob a vigência da Lei nº 1.237/1864, é possível identificar ainda algumas tendências no que diz respeito à continuidade da utilização de escravos na constituição de direitos reais de garantia, e a tendência é de que a prática acabou tendo papel bastante diminuído até a abolição da escravatura por meio de Lei nº 3.353, de 13 de maio de 1888.

Nesse sentido, o próprio Banco do Brasil — que, como mencionado, detinha o monopólio da emissão de moeda e, que, por conta dessa característica, praticamente centralizava a emissão de crédito, ainda que houvesse outras instituições financeiras intermediando as relações entre os cafeicultores e o Banco do Brasil — “tornou-se menos disposto a fazer adiantamentos de longo prazo com garantia de escravos. Em 1884, aumentou sua taxa de juros e suspendeu completamente os empréstimos garantia de escravos” (SCHULZ, 1996, p. 51).

6 Conclusões

O presente artigo serviu para mostrar como, em um cenário de inelasticidade do meio circulante, o instituto jurídico da hipoteca foi manejado, em associação com os principais fatores de produção da economia cafeeira, para suprir a demanda por crédito especialmente da atividade cafeicultura no segundo reinado.

Essa de inelasticidade do meio circulante existia em virtude da adoção de um regime cambial de câmbio fixo, que limitava estruturalmente a capacidade dos

países situados na Periferia do capitalismo, caso do Brasil, de emitirem moeda de modo capaz de dar liquidez e financiar sua própria atividade econômica. Esse regime cambial estava ligado principalmente à hegemonia política da Grã-Bretanha.

A necessidade de gerar crédito para a atividade agrícola, por sua vez, derivava do modo de inserção do Brasil no comércio internacional do mundo sob hegemonia britânica. O país estava integrado na cadeia produtiva e fornecia bens de consumo ao Centro do sistema ocupava a partir de sua posição de economia agroexportadora situada na Periferia. A riqueza gerada no Brasil estava associada ao uso da terra e ao emprego de mão de obra escrava de maneira mais intensiva no século XIX. Essa primazia econômica da atividade agrícola fazia também com que os proprietários rurais acumulassem grande poder político no plano interno, contribuindo para a manutenção do modo de inserção do Brasil no sistema mundo.

Assim, explica-se que condições levaram ao desenvolvimento de um sistema de hipotecas que visava principalmente a concessão de crédito à atividade agroexportadora. Esse sistema empregava também conjuntamente os fatores de produção *terra* e *trabalho* na geração de crédito, variando a o grau do emprego desses fatores dependendo da conjuntura. No longo prazo, a tendência foi a diminuição do papel da hipoteca de escravos para garantia de crédito e a intensificação do uso das terras para esse fim.

Nesse sentido, mesmo o registro de imóveis rurais no Brasil surge não como forma de organizar o espaço, mas para garantir o crédito via hipotecas de imóveis necessário à reprodução da atividade agrícola em momento já próximo da abolição da escravatura. O uso de escravos como garantia, por sua vez, vai se tornando menos viável antes mesmo do fim da escravidão.

The Demand for Credit by Coffee Plantations During the Ruling of Pedro II: Parallels between Slave and Land Mortgages in the Nineteenth Century

Abstract: The article intends to put in parallel the evolution of the mortgage of lands and slaves in Brazil in the economic and Political Economy context of Brazil during the ruling of Pedro II. The Brazilian economy suffered from lack of liquidity, credit and financing at the time. Land and slave labor constituted the production factors par excellence in this institutional arrangement. The mortgage legal institute was managed, in association with these factors of production of the coffee plantation economy, to meet the demand for credit.

Key words: Ruling of Pedro II. Political economy. Slavery. Mortgage. Credit.

Referências

- ABREU, Marcelo de Paiva (Org.). *A ordem do progresso*. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.
- ANDRADE, Leandro Braga de. Os “instrumentos das trocas” na praça comercial de Ouro Preto do século XIX: Comércio urbano após o fim do “século de ouro”. In: *XXVI Simpósio Nacional de História*. São Paulo, 2011.

- ARRIGHI, Giovanni. *O longo século XX*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2016.
- BLACKBURN, Robin. Por que segunda escravidão? In: MARQUESE, Rafael; SALLES, Ricardo (Org.). *Escravidão e Capitalismo Histórico no século XIX: Cuba, Brasil, Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2016. p. 13-54
- BRASIL. *Decreto nº 370*, de 2 de maio de 1890. Manda observar o regulamento para execução do decreto n. 169 A de 19 de janeiro de 1890, que substituiu as leis n. 1237 de 24 de setembro de 1864 e n. 3272 de 5 de outubro de 1885, e do decreto n. 165 A de 17 de janeiro de 1890, sobre operações de crédito movel.
- BRASIL. *Decreto nº 482*, de 14 de novembro de 1846. Estabelece o Regulamento para o Registro geral das hypothecas.
- BRASIL. *Decreto nº 1.223*, de 31 de Agosto de 1853. Concede a incorporação de hum Banco de depositos, descontos e emissão, estabelecido nesta Côrte.
- BRASIL. *Decreto nº 1.318*, de 30 de janeiro de 1854. Manda executar a Lei nº 601, de 18 de Setembro de 1850.
- BRASIL. *Decreto nº 3.453*, de 26 de abril de 1865. Manda observar o Regulamento para execução da Lei nº 1237 de 24 de Setembro de 1854, que reformou a legislação hypothecaria.
- BRASIL. *Decreto nº 3.471*, de 3 de junho de 1865. Manda executar o Regulamento das sociedades de crédito real.
- BRASIL. *Lei nº 317*, de 21 de outubro de 1843. Fixando a Despesa e orçando a Receita para os exercicios de 1843 - 1844, e 1844 - 1845.
- BRASIL. *Lei nº 556*, de 25 de junho de 1850. Código Comercial.
- BRASIL. *Lei nº 601*, de 18 de setembro de 1850. Dispõe sobre as terras devolutas do Império.
- BRASIL. *Lei nº 1.237*, de 24 de setembro de 1864. Reforma a Legislação Hypothecaria, e estabelece as bases das sociedades de crédito real.
- BRASIL. *Lei nº 2.040*, de 28 de setembro de 1871.
- BRASIL. *Lei nº 2.565*, de 29 de maio de 1875. Autoriza o Governo para emittir até a somma de 25.000:000\$000 em bilhetes ao portador e tomar outras providencias.
- BRASIL. *Lei nº 3.353*, de 13 de maio de 1888. Declara extinta a escravidão no Brasil.
- BRITO, Márcio Holland de. *Taxa de câmbio e regimes cambiais no Brasil*. Tese (Doutorado) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1998.
- CORRÊA, Fábio Rogério Cassimiro. *Os Bancos de Custeio Rural e o crédito agrícola em São Paulo (1906-1914)*. 2014. Dissertação (Mestrado em História Econômica) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.
- FIORI, José Luís da Costa (Org.). *Estados e Moedas no desenvolvimento das nações*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.
- FRANCO, Bernardo de Souza. *Os bancos do Brasil: sua história, defeitos da organização atual e reforma do sistema bancário*. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1984.
- GOMES, Orlando; THEODORO JUNIOR, Humberto. *Direitos reais*. 14. ed. Rio de Janeiro: Revista Forense, 1999.
- KOWARICK, Lúcio. *Trabalho e vadiagem: a origem do trabalho livre no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

- MARCONDES, Renato Leite. O financiamento hipotecário da cafeicultura no vale do Paraíba paulista (1865-87). *Rev. Bras. Econ.* [online], v. 56, n. 1, p. 147-170, 2002.
- MARQUESE, Rafael. A escravidão no Brasil oitocentista: História e Historiografia. In: MARQUESE, Rafael; SALLES, Ricardo (Org.). *Escravidão e Capitalismo Histórico no século XIX*: Cuba, Brasil, Estados Unidos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016. p. 99-62.
- NABUCO, Joaquim. *Um estadista do Império, Nabuco de Araujo, sua vida, suas opiniões, sua época, por seu filho Joaquim Nabuco*. Rio de Janeiro: Garnier, 1897. v. 2.
- PONTES DE MIRANDA, Francisco Cavalcanti. *Tratado de Direito Privado*. Parte Especial. Direito das Coisas. Tomo XX: Direitos Reais de Garantia, Hipoteca, Penhor, Anticrese. Campinas: Bookseller, 2002.
- PRADO JÚNIOR, Caio. *Evolução Política do Brasil*. São Paulo: Brasiliense. 1999.
- SCHULZ, John. *A crise financeira da abolição: 1875-1901*. São Paulo: Edusp; Instituto Fernand Braudel, 1996.
- SECRETO, Maria Verônica. Legislação sobre terras no Brasil do oitocentos: definindo a propriedade. *Raízes*, Campina Grande, v. 26, n. 1-2, p. 10-20, jan.-dez. 2007.
- TELES, Inocêncio Galvão. O penhor sem entrega no direito luso-brasileiro. *Revista da Faculdade de Direito da USP*, São Paulo, v. 50, p. 7-31, 1955.
- TOMICH, Dale. A escravidão no Capitalismo Histórico: Rumo a uma História Teórica da Segunda Escravidão. In: MARQUESE, Rafael; SALLES, Ricardo (Org.). *Escravidão e Capitalismo Histórico no século XIX*: Cuba, Brasil, Estados Unidos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016. p. 55-98.
- TOMICH, Dale. *Through the Prism of Slavery: Labor, Capital, and World Economy*. Lanham: Rowman & Littlefield, 2004.
- VITORINO, Artur. Política, agricultura e a reconversão do capital do tráfico transatlântico de escravos para as finanças brasileiras na década de 1850. *Revista Economia e sociedade*, Campinas, v. 17, n. 3, p. 463-491, 2008.
- WALLERSTEIN, Immanuel. *O sistema mundial moderno*. Vol. I: a agricultura capitalista e as origens da economia-mundo europeia no século XVI. Porto: Afrontamentos, 1974.

Informação bibliográfica deste texto, conforme a NBR 6023:2002 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

SILVA, Gustavo Jorge. A demanda por crédito pela cafeicultura no Segundo Reinado: paralelos entre hipoteca de escravos e de terras no século XIX. *Revista Fórum de Direito Financeiro e Econômico – RFDFFE*, Belo Horizonte, ano 7, n. 12, p. 125-145, set./fev. 2018.